



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

### 1. UNIDADE(S) REQUISITANTE(S): SECRETARIA DE SAÚDE.

**1.1. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE SAÚDE NO HOSPITAL MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA/CE, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE, REGULARIDADE E EFETIVIDADE DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO, CONFORME DIRETRIZES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DA LEI MUNICIPAL Nº 718/2026, QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE CONTRATAÇÃO DE PLANTÕES POR CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO,** conforme as quantidades e especificações técnicas anexadas a este termo de referência.

### 1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. MÉD. MENSAL	QUANT. ANUAL	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	Plantão com duração de 12 (doze) horas, em regime diurno e noturno	UND	90	1.080	R\$ 1.720,95	R\$ 1.858.626,00
02	Plantão com duração de 12 (doze) horas, a ser realizado em feriados nobres	UND	----	18	R\$ 3.441,90	R\$ 61.954,20

### 1.3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Frecheirinha/CE possui o dever constitucional e legal de assegurar a prestação contínua, regular e ininterrupta dos serviços de saúde à população, especialmente no âmbito da atenção hospitalar de urgência e emergência, cuja natureza exige funcionamento permanente em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana. O Hospital Municipal constitui unidade estratégica da rede assistencial do SUS no município, sendo responsável pelo atendimento de demandas espontâneas, estabilização de pacientes, suporte às unidades da atenção básica e atendimento de situações de urgência e emergência que requerem resposta imediata do poder público.

A dinâmica da assistência hospitalar demonstra que a demanda por atendimentos médicos apresenta caráter contínuo, variável e imprevisível, com picos assistenciais decorrentes de sazonalidades, intercorrências epidemiológicas, acidentes e agravos agudos, o que impõe a necessidade de manutenção permanente de cobertura de plantões médicos, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados. Entretanto, observa-se a insuficiência estrutural do quadro próprio de profissionais para cobertura integral das escalas de plantão, realidade comum a municípios de pequeno porte, marcada por dificuldades de fixação de médicos, elevada rotatividade e limitações dos vínculos permanentes para atendimento de demandas variáveis e por demanda. A inexistência de solução estruturada para cobertura dos plantões pode acarretar risco de descontinuidade dos serviços hospitalares, sobrecarga de profissionais efetivos, aumento do tempo de espera, risco assistencial e comprometimento da qualidade e da segurança do atendimento prestado à população. Nesse cenário, sob a perspectiva do interesse público, impõe-se à Administração a adoção de modelo de contratação que assegure flexibilidade operacional, ampliação da capacidade de resposta e segurança jurídica, garantindo a disponibilidade de profissionais habilitados sempre que houver necessidade de execução dos plantões.



A Lei Municipal nº 718/2026 regulamentou, no âmbito do Município de Frecheirinha/CE, o sistema de contratação de plantões de saúde mediante credenciamento por chamamento público, estabelecendo que a prestação ocorrerá por demanda, com remuneração pelos plantões efetivamente executados, sem geração de vínculo empregatício, e com contratos decorrentes com vigência de até 12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos da Lei nº 14.133/2021, além de atribuir à Secretaria Municipal de Saúde a competência para definir diretrizes, fluxos operacionais e mecanismos de acompanhamento da execução dos plantões, assegurando a regularidade, continuidade e efetividade dos serviços prestados. De forma complementar, o Decreto Municipal nº 002/2024 prevê o credenciamento como procedimento auxiliar de contratação indicado quando não houver viabilidade de competição e quando a contratação simultânea do maior número possível de interessados atender melhor ao interesse público, especialmente em contextos de fluidez de mercado e necessidade contínua de prestação de serviços.

No que se refere aos valores dos plantões médicos, estes encontram-se devidamente regulamentados pelo Decreto Municipal nº 0007/2026, o qual fixou valores máximos de referência para remuneração dos plantões de 12 (doze) horas, diferenciando aqueles realizados em feriados nobres, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município. A definição dos valores considerou a complexidade da assistência prestada em ambiente hospitalar de urgência e emergência, o grau de responsabilidade técnica do profissional médico, a necessidade de cobertura contínua das escalas e as dificuldades de provimento desses serviços em municípios de pequeno porte, buscando assegurar atratividade mínima para adesão ao credenciamento, sem prejuízo da economicidade e do equilíbrio fiscal. Ressalte-se que o pagamento ocorrerá exclusivamente pelos plantões efetivamente executados, mediante comprovação da prestação do serviço, preservando o controle da despesa pública e o interesse público, bem como que os valores poderão ser atualizados periodicamente nos termos do próprio Decreto.

Diante desse contexto, o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos para realização de plantões apresenta-se como a solução mais adequada, pois permite ampliar o universo de prestadores aptos a atender a Administração, viabilizar contratações conforme a necessidade real da assistência, garantir igualdade de condições entre os interessados habilitados, assegurar transparência, impessoalidade e eficiência, reduzir riscos de desassistência e conferir maior capacidade de planejamento e gestão das escalas médicas. Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se essencial para garantir a continuidade, regularidade, eficiência e efetividade da assistência hospitalar, assegurando à população o acesso permanente aos serviços de saúde e preservando o interesse público.

#### **1.4. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS OBJETO DA LICITAÇÃO**

Os serviços objeto da contratação consistem no credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para prestação de serviços médicos em regime de plantão hospitalar, destinados à garantia da cobertura assistencial contínua do Hospital Municipal de Frecheirinha/CE, em funcionamento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados. A contratação observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 718/2026 e do Decreto Municipal nº 002/2024, que regulamenta a aplicação da nova Lei de Licitações no âmbito municipal e disciplina os procedimentos auxiliares, dentre eles o credenciamento:

<b>Especificações dos serviços</b>
------------------------------------

<b>Natureza do serviço</b>
----------------------------



Serviços médicos hospitalares de urgência e emergência, de natureza comum e continuada, prestados sob demanda, mediante escala de plantões previamente definida pela Secretaria Municipal de Saúde

#### **Abrangência das atividades médicas**

Os profissionais disponibilizados pelas empresas credenciadas deverão executar, no mínimo:

- a) atendimento médico de urgência e emergência;
- b) avaliação clínica, diagnóstico e estabilização de pacientes;
- c) prescrição terapêutica e solicitação/interpretação de exames;
- d) encaminhamento para internação ou transferência quando necessário;
- e) emissão de atestados, relatórios e demais documentos médicos;
- f) registro completo dos atendimentos em prontuário físico ou eletrônico;
- g) cumprimento dos protocolos clínicos, fluxos assistenciais e diretrizes do SUS.

#### **Regime de execução**

A execução ocorrerá mediante convocação prévia da Secretaria Municipal de Saúde, conforme necessidade assistencial e planejamento das escalas, devendo a empresa credenciada garantir:

- a) disponibilidade de profissionais habilitados para cumprimento dos plantões;
- b) pontualidade e integralidade da carga horária do plantão;
- c) substituição imediata em caso de ausência ou impedimento;
- d) comunicação permanente com a fiscalização contratual.

## **2. FUNDAMENTO LEGAL, MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

2.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações posteriores, no **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024**, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados), além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital e seus anexos.

2.1.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como a Lei Municipal nº 718, de 29 de janeiro 2026, que regulamenta o Sistema de Contratação de plantões no âmbito do Hospital Municipal Município de Frecheirinha/CE. Também se fundamenta no Decreto Municipal nº 002/2024, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Municipal;





2.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024**. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

3.1. A descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, em anexo a este Termo.

3.1.1. O objeto da contratação está previsto nos instrumentos de planejamento da Administração Pública Municipal e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Municipal, conforme estabelecido no **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024**.

### **3.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.**

3.2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP):

### **4. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

4.1. Os documentos devem ser apresentados através de upload em campo próprio do sistema eletrônico no qual o certame é realizado. Serão exigidos para fins de habilitação da presente licitação, os seguintes documentos:

4.1.1. **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

4.1.2. **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

4.1.3. **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

4.1.4. **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.5. **REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

a) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21, da Lei nº 5.764/1971;



- b) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47, da Lei nº 5.764/1971;
- c) Ata de fundação da cooperativa;
- d) Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- e) Regimento Interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- f) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- g) Editais das 03 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.

## **4.2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**4.2.1. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL** da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

a. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

b. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO ESTADO SEDE DA LICITANTE.

c. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO MUNICÍPIO SEDE DA LICITANTE.

**4.2.2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE**, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista

**4.2.3. No caso de cooperativa**, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados. Para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

a. DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será prestado, produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.

b. ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.

c. RELAÇÃO DOS COOPERADOS que prestarão, produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

**Caso a cooperativa tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.**

**4.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos** perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

## **4.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **4.3.1. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:**



a) Comprovação de registro regular da empresa e dos profissionais médicos no Conselho Regional de Medicina (CRM), com inscrição ativa para o exercício da atividade;

b) Atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem experiência prévia na execução de serviços compatíveis em natureza e complexidade, do item/lote em que for solicitar o credenciamento;

c) Relação nominal da equipe técnica vinculada, com identificação da função, qualificação e regularidade profissional.

d) A licitante deverá comprovar que possui, em seu **quadro permanente**, quantitativo mínimo de **03 (três) médicos** com registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina – CRM, aptos à execução dos plantões hospitalares, mediante apresentação de Declaração Formal de Disponibilidade de Profissionais, comprometendo-se a mantê-los durante toda a vigência contratual.

d.1) Os profissionais disponibilizados deverão possuir graduação em Medicina, experiência compatível com atendimento hospitalar em urgência e emergência e aptidão para atuação conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas vigentes, devendo a empresa assegurar a cobertura integral das escalas e a substituição imediata de profissionais em casos de ausência, impedimento ou intercorrência, garantindo a continuidade da prestação dos serviços.

d.2) A comprovação de vínculo com o quadro permanente poderá ocorrer por meio de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; cópia de contrato de trabalho; ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do referido profissional, nos termos do Acórdão nº 1450/2022 – TCU – Plenário.

#### **4.3.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:**

4.3.2.1. Apresentação de Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou, no caso de pessoa física, Certidão Negativa de Execução Patrimonial, emitida no domicílio do proponente, conforme disposto na legislação aplicável.

4.3.2.2. No caso de cooperativas, estará dispensada a exigência constante do subitem acima.

4.3.2.3. Apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis relativas aos dois (02) últimos exercícios sociais.

4.3.2.4. O julgamento da capacidade econômico-financeira será feito separadamente para cada exercício, de forma independente, com base no Balanço Patrimonial de cada ano.

4.3.2.5. Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de dois (02) anos, os documentos mencionados no item 4.3.2.3 serão limitados ao último exercício encerrado, sendo admitido o balanço de abertura, conforme o caso.

4.3.2.6. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, deverão estar:

Registrados na Junta Comercial competente (ou em cartório, conforme o tipo societário);
-----------------------------------------------------------------------------------------

Assinados por contador legalmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
-------------------------------------------------------------------------------------------

Assinados pelo titular ou representante legal da empresa;
-----------------------------------------------------------

Vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, salvo se atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação da proposta.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------





4.3.3.7. Serão aceitos o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis transmitidas via SPED (Escrituração Contábil Digital), desde que acompanhadas do recibo oficial de entrega, observadas as Instruções Normativas da Receita Federal vigentes.

4.3.3.8. Para sociedades por ações, será exigida a apresentação do Balanço Patrimonial publicado em jornal de grande circulação da localidade onde está situada a sede da companhia, acompanhado de seu respectivo registro na Junta Comercial.

4.3.3.9. As empresas deverão observar, conforme o seu porte e regime jurídico, as disposições constantes nos arts. 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações).

4.3.3.10. Para empresas recém-constituídas (com menos de 01 ano de atividade), deverá ser apresentado o Balanço de Abertura, acompanhado dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial, constando o número do Livro Diário e das folhas em que o balanço está transcrito, ou com a devida autenticação pela Junta. O documento deverá estar assinado por contador habilitado no CRC e pelo representante legal da empresa.

4.3.3.11. No caso de sociedades simples, o Balanço Patrimonial deverá estar inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com a assinatura do contador habilitado e do representante legal da instituição, e deverá atender aos índices financeiros mínimos definidos neste instrumento convocatório.

4.3.3.12. Quando a empresa apresentar Índice de Liquidez Geral (LG) inferior a 1,0 (um), será exigida a comprovação de Patrimônio Líquido Mínimo ou Capital Mínimo correspondente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio do Balanço Patrimonial, como forma de compensação da capacidade econômico-financeira.

4.3.3.13. A comprovação da boa situação financeira da licitante deverá ser feita mediante documento assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da empresa, comprovando que a mesma apresenta Índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0 (um), calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{LG} = \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} \geq 1,0$$

**Onde:**

AC: Ativo Circulante;

ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo; PC: Passivo Circulante;

PELP: Passivo Exigível a Longo Prazo.

## **5. OUTRAS EXIGÊNCIAS LEGAIS.**

5.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854/99, e ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.



5.2. As declarações acima deverão, obrigatoriamente, vir com firma reconhecida do emitente ou assinatura eletrônica, nos termos permitidos pela legislação vigente aplicável a matéria, a fim de garantir a veracidade das informações e imprimir uma maior celeridade ao certame.

## **6. DO ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**

6.1. A presente contratação não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído para o exercício de 2026. Tal circunstância, contudo, não constitui óbice ao regular prosseguimento da contratação, especialmente por se tratar de demanda necessária ao atendimento do interesse público e compatível com os objetivos estratégicos da Administração. Ressalte-se que a contratação possui previsão na Lei Orçamentária Anual vigente, com recursos devidamente consignados na respectiva dotação orçamentária, conforme demonstrado na própria LOA e comprovado nos autos do procedimento licitatório. Dessa forma, resta atendida a exigência de compatibilidade orçamentária, assegurando-se a viabilidade financeira da contratação e a observância dos princípios do planejamento, da legalidade e da responsabilidade fiscal, conforme dotação orçamentária, informado abaixo:

1101.10.122.0007.2.066 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde:

1102.10.302.0181.2.080 - Gestão e Expansão da Atenção Ambulatorial e Hospitalar – MAC.

**Elemento de Despesas:** 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

## **7. DA GARANTIA CONTRATUAL**

7.1. Não será exigido garantia contratual.

## **8. PRAZO, FORMA DE EXECUÇÃO E MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº





14.133/2021.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.13. O prazo para iniciar a execução dos serviços será de até 05 (Cinco) dias, contados da Ordem de Serviços.

#### **8.14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.14.1. A fiscalização da presente contratação será designada através da publicação de Portaria no Diário Oficial do Município– D.O.M, designando servidores para comporem a gestão contratual, o fiscal técnico e o fiscal administrativo, determinando ainda as competências e



diretrizes da gestão e fiscalização contratual, conforme **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**

## **9.0. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **9.1. Recebimento do Serviço**

9.1.1. Os serviços serão recebidos **PROVISORIAMENTE**, no prazo de até 05 (cinco) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos **DEFINITIVAMENTE** no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos



procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **9.2. Liquidação**

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 11.4 do edital.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.





### **9.3. Prazo de pagamento**

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

### **9.4. Forma de pagamento**

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **9.5. Antecipação de pagamento**

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

## **10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;



10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (Quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, podendo ser prorrogado pela administração, desde que haja justificativa clara e pertinente.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja



inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.1.9. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

11.1.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.1.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

11.1.13.1. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

11.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.1.17. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.1.18. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.1.19. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.1.20. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) indicados pela administração municipal, caso necessário.

11.1.20.1. O técnico deverá se deslocar ao local da execução do serviço, salvo se puder ser realizado a distância.

11.1.20.2. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

11.1.20.3. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.





11.1.20.4. Apresentar ao Contratante, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, o nome do preposto que a representará na execução do contrato.

11.1.20.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato, inclusive quanto à segurança dos empregados e terceiros.

11.1.20.6. Assumir a responsabilidade por perdas e danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

11.1.20.7. Atender prontamente às solicitações do fiscal do contrato, acatando suas orientações e promovendo as correções exigidas.

11.1.20.8. Executar os serviços em conformidade com as condições estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e contrato e seus anexos, assegurando a adequada prestação dos serviços.

11.1.20.9. Usar materiais, equipamentos, uniformes e EPIs necessários à execução dos serviços, em conformidade com as normas vigentes de segurança e medicina do trabalho;

11.1.20.10. Prestar os serviços de forma contínua, eficiente, ética e com observância das normas sanitárias, regulatórias e legais vigentes, em especial às orientações da ANVISA, Ministério da Saúde, Conselhos Profissionais e à Política Nacional de Atenção Especializada.

11.1.20.11. Disponibilizar os profissionais indicados para execução dos serviços conforme os requisitos técnicos exigidos, com a devida comprovação de qualificação técnica e regularidade junto aos respectivos conselhos de classe.

11.1.20.12. Manter estrutura física, equipamentos, insumos e recursos humanos suficientes para a adequada prestação dos serviços, quando os atendimentos forem realizados nas dependências da contratada.

11.1.20.13. Participar, sempre que convocada, de reuniões técnicas e administrativas com a Secretaria de Saúde, com vistas à coordenação da rede assistencial e aprimoramento dos serviços prestados.

## **12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



12.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.2.9. Fraudar a licitação

12.1.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.2.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo da sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o **DECRETO MUNICIPAL Nº 067/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação da sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município.

**12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:**

I – Advertência

II – Multa

III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

12.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

12.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:



I - De 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 12.3.
- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 067/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.





§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no §8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

12.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 067/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Parágrafo único.** A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



- II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou
- V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 067/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no subitem 12.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

12.9. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.10. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

### **13. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO**

13.1. Os serviços deverão ser executados pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da emissão da **ORDEM DE SERVIÇOS**.

13.2. Os serviços deverão ser entregues no(a) sede da Secretaria ou nos locais determinados pela CONTRATANTE, através da ordem de serviços e/ou nas unidades a serem designadas pela secretaria contratante, nos horários acordados com a administração.

### **14. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, PRORROGAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO**

14.1. O prazo de vigência deste contrato é de **01 (Um) ano**, contado do(a) a partir de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

14.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

14.1.2. O Serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a essencialidade, além da necessidade cotidiana para a execução das atividades precípuas para o funcionamento da máquina pública, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

### **15. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS**



15.1. A vedação à participação de pessoas físicas no presente processo de credenciamento justifica-se pela natureza e complexidade dos serviços a serem prestados, os quais exigem, por parte do contratado, estrutura organizacional mínima, capacidade técnica comprovada, emissão de documentos fiscais e atendimento a obrigações trabalhistas, previdenciárias, sanitárias e tributárias. A contratação por meio de pessoa jurídica garante maior segurança jurídica e institucional, permitindo à Administração responsabilizar adequadamente o contratado no âmbito civil, administrativo e tributário, além de facilitar a substituição de profissionais e o cumprimento de metas e indicadores de desempenho.

15.2. Além disso, a contratação direta de pessoa física, especialmente para serviços de natureza continuada, onerosos e prestados de forma pessoal, configura risco de caracterização de vínculo empregatício, o que é vedado à Administração Pública, conforme jurisprudência consolidada (como a Súmula nº 331 do TST) e princípios constitucionais que regem o regime jurídico único dos servidores públicos. A celebração do contrato com pessoas jurídicas, portanto, previne litígios trabalhistas e reforça a legalidade e a impessoalidade na relação contratual.

15.3. No contexto local, destaca-se que o Município de Frecheirinha/CE regulamentou, por meio da Lei Municipal, o sistema de contratação de médicos e demais profissionais de saúde por meio de pessoa jurídica, justamente para assegurar maior eficiência, economicidade, padronização dos serviços e segurança jurídica nas contratações públicas da área da saúde. Tal normativo está alinhado às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e às diretrizes de organização da rede assistencial, especialmente no que tange ao funcionamento do Centro de Especialidades.

15.4. Dessa forma, a vedação à participação de pessoas físicas não representa restrição indevida à competitividade, mas sim medida legítima e proporcional ao interesse público, à natureza da contratação e aos princípios da administração pública, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e regulamentação municipal vigente

## **16.0. TIPO DE LICITAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo(s) órgão(s) demandante(s), segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas, nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP.**



*Imagem meramente ilustrativa do objeto da contratação, utilizada exclusivamente para fins de composição visual da capa do Estudo Técnico Preliminar.*

**1. DA INTRODUÇÃO E DO OBJETO SUGERIDO NO DFD.**

1.1. O presente **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** constitui a primeira etapa da fase de planejamento da contratação, em conformidade com o disposto nos artigos 18, 40 e 41 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 002/2024, que regulamenta a aplicação da referida legislação no âmbito do Município de Frecheirinha/CE. Este documento tem por



finalidade analisar de forma criteriosa a necessidade apresentada, avaliar as alternativas existentes no mercado e indicar a solução mais eficiente, vantajosa e adequada ao interesse público.

1.2. O ETP visa subsidiar a tomada de decisão da Administração, demonstrando a viabilidade técnica, operacional, econômica e ambiental da contratação, considerando também os riscos associados, os resultados esperados e os impactos decorrentes. Trata-se de etapa indispensável para assegurar a adequada instrução processual, orientar a elaboração do **TERMO DE REFERÊNCIA** e garantir que o procedimento licitatório alcance os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, eficácia e efetividade, nos termos do arcabouço normativo aplicável.

1.3. Objeto sugerido no Documento de Formalização de Demanda (DFD): **CRENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE SAÚDE NO HOSPITAL MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA/CE, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE, REGULARIDADE E EFETIVIDADE DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO, CONFORME DIRETRIZES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DA LEI MUNICIPAL Nº 718/2026, QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE CONTRATAÇÃO DE PLANTÕES POR CHAMAMENTO PÚBLICO/CRENCIAMENTO.**

## **2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL.**

2.1. As disposições legais que nortearão este documento serão detalhadas na fundamentação legal a seguir e orientarão a aplicação das seguintes premissas:

- a) Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024, que regulamenta a Nova Lei de Licitações no âmbito Municipal;
- c) LEI MUNICIPAL Nº 665 DE 24 DE JUNHO DE 2025, REGULAMENTA O SISTEMA DE CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS NO ÂMBITO DAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA E CENTRO MUNICIPAL DE APOIO À SAÚDE - CEMAS DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA-CE, MEDIANTE CRENCIAMENTO POR CHAMAMENTO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;
- d) DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025, DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, AOS LICITANTES E CONTRATADOS PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PRATICADAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA;
- e) Lei Complementar 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e suas alterações;
- f) Lei 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- g) Lei nº 8.078, de 1990 – Código de defesa do Consumidor;





h) LEI MUNICIPAL Nº 718/2026, QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE CONTRATAÇÃO DE PLANTÕES POR CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO;

i) DECRETO 0007/2026, QUE REGULAMENTA OS VALORES DOS PLANTÕES MÉDICOS NO ÂMBITO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA/CE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

j) Demais legislação aplicável ao objeto.

2.2. A presente contratação não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído para o exercício de 2026. Tal circunstância, contudo, não constitui óbice ao regular prosseguimento da contratação, especialmente por se tratar de demanda necessária ao atendimento do interesse público e compatível com os objetivos estratégicos da Administração. Ressalte-se que a contratação possui previsão na Lei Orçamentária Anual vigente, com recursos devidamente consignados na respectiva dotação orçamentária, conforme demonstrado na própria LOA e comprovado nos autos do procedimento licitatório.

### **3. DA(S) UNIDADE ADMINISTRATIVA(S) DEMANDANTE(S) E DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DESIGNADA:**

3.1. SECRETARIA DE SAÚDE.

3.2. A equipe de planejamento responsável pela presente contratação é composta pelos seguintes agentes públicos, designados conforme portaria anexada aos autos do processo: **Sr. Pedro Tiago Ximenes da Silva**, matrícula nº 61419; **Sr. Antônio Maicon Serafim da Silva**, matrícula nº 61519.

### **4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (art.6º, INC. I do anexo II do decreto municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).**

4.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Frecheirinha/CE possui o dever constitucional e legal de assegurar a prestação contínua, regular e ininterrupta dos serviços de saúde à população, especialmente no âmbito da atenção hospitalar de urgência e emergência, cuja natureza exige funcionamento permanente em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana. O Hospital Municipal constitui unidade estratégica da rede assistencial do Sistema Único de Saúde – SUS no município, sendo responsável pelo atendimento de demandas espontâneas, estabilização de pacientes, suporte às unidades da atenção básica e atendimento de situações de urgência e emergência que requerem resposta imediata do poder público.

4.2. A dinâmica da assistência hospitalar demonstra que a demanda por atendimentos médicos apresenta caráter contínuo, variável e imprevisível, com picos assistenciais decorrentes de sazonalidades, intercorrências epidemiológicas, acidentes e agravos agudos, o que impõe a necessidade de manutenção permanente de cobertura de plantões médicos, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados. Todavia, verifica-se a insuficiência estrutural do quadro próprio de profissionais para cobertura integral das escalas de plantão, realidade comum a municípios de pequeno porte, marcada por dificuldades de fixação de médicos, elevada rotatividade profissional e limitações dos vínculos permanentes para atendimento de demandas variáveis e por demanda.

4.3. A inexistência de solução estruturada para cobertura dos plantões pode acarretar risco de descontinuidade dos serviços hospitalares, sobrecarga de profissionais efetivos, aumento do





tempo de espera, risco assistencial e comprometimento da qualidade e da segurança do atendimento prestado à população. Tal cenário evidencia a necessidade de adoção de solução administrativa capaz de garantir flexibilidade operacional, ampliação da capacidade de resposta e segurança jurídica, assegurando a disponibilidade de profissionais habilitados sempre que houver necessidade de execução dos plantões.

4.4. Nesse contexto, a legislação municipal estabeleceu diretrizes específicas para o enfrentamento dessa demanda. A Lei Municipal nº 718/2026 regulamentou o sistema de contratação de plantões de saúde mediante credenciamento por chamamento público, definindo que a prestação ocorrerá por demanda, com remuneração pelos plantões efetivamente executados, sem geração de vínculo empregatício e com contratos passíveis de prorrogação, além de atribuir à Secretaria Municipal de Saúde a competência para definir diretrizes, fluxos operacionais e mecanismos de acompanhamento da execução dos serviços. De forma complementar, o Decreto Municipal nº 002/2024 prevê o credenciamento como procedimento auxiliar de contratação indicado quando não houver viabilidade de competição e quando a contratação simultânea do maior número possível de interessados atender melhor ao interesse público, especialmente em cenários de fluidez de mercado e necessidade contínua de prestação de serviços.

4.5. No que se refere aos valores dos plantões médicos, estes encontram-se devidamente regulamentados pelo Decreto Municipal nº 0007/2026, o qual fixou valores máximos de referência para remuneração dos plantões de 12 (doze) horas, diferenciando aqueles realizados em feriados nobres, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município. A definição dos valores considerou a complexidade da assistência prestada em ambiente hospitalar de urgência e emergência, o grau de responsabilidade técnica do profissional médico, a necessidade de cobertura contínua das escalas e as dificuldades de provimento desses serviços em municípios de pequeno porte, buscando assegurar atratividade mínima para adesão ao credenciamento, sem prejuízo da economicidade e do equilíbrio fiscal. Ressalte-se que o pagamento ocorrerá exclusivamente pelos plantões efetivamente executados, mediante comprovação da prestação do serviço, preservando o controle da despesa pública e o interesse público, bem como que os valores poderão ser atualizados periodicamente nos termos do próprio Decreto.

4.6. Diante desse cenário, o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos para realização de plantões apresenta-se como a solução mais adequada, pois possibilita ampliar o universo de prestadores aptos a atender a Administração, viabilizar contratações conforme a necessidade real da assistência, garantir igualdade de condições entre os interessados habilitados, assegurar transparência, impessoalidade e eficiência, reduzir riscos de desassistência e conferir maior capacidade de planejamento e gestão das escalas médicas.

4.7. Assim, a contratação pretendida mostra-se indispensável para garantir a continuidade, regularidade, eficiência e efetividade da assistência hospitalar, assegurando à população o acesso permanente aos serviços de saúde, em consonância com os princípios da administração pública e com a legislação aplicável, preservando de forma direta o interesse público e a proteção da saúde coletiva.

## **5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (Art.6º, Inc. II do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).**



5.1. Para garantir a adequação técnica, jurídica e operacional da presente contratação por credenciamento, deverão ser observados os seguintes requisitos essenciais, em consonância com a legislação vigente:

#### REQUISITOS TÉCNICOS:

A solução deverá contemplar o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos para execução de plantões hospitalares, devendo comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica compatível com o objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da legislação do SUS, das normas do Conselho Federal de Medicina – CFM, do Conselho Regional de Medicina – CRM e da **Lei Municipal nº 718/2026**, que estabelece que a prestação dos serviços de saúde se dará por meio de contratação de plantões executados por empresas habilitadas.

Será exigida **certidão ou atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste credenciamento, especialmente em atividades de plantões médicos, urgência e emergência, atendimento hospitalar ou serviços correlatos. O atestado deverá demonstrar a aptidão da empresa para o desempenho das atividades, podendo ser solicitado rol de profissionais, contratos anteriores, relatórios ou documentos equivalentes.

As empresas deverão possuir **registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina competente**, bem como garantir que todos os profissionais disponibilizados possuam:

- Diploma de graduação em Medicina;
- Registro ativo e regular no CRM;
- Experiência compatível com atendimento hospitalar e de urgência e emergência;
- Aptidão para atuação conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas vigentes.

A contratada deverá comprovar capacidade técnico-operacional para disponibilizar profissionais em número suficiente e nas especialidades necessárias, garantindo substituição imediata em casos de ausência, impedimento ou intercorrência, sem prejuízo da continuidade do serviço.

#### REQUISITOS FUNCIONAIS:

Os serviços deverão assegurar a cobertura integral de plantões médicos conforme escalas definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, incluindo turnos diurnos e noturnos, finais de semana e feriados. Os profissionais deverão executar atividades médicas compatíveis com o atendimento hospitalar, incluindo triagem, avaliação clínica, estabilização de pacientes, prescrição, encaminhamentos, registros em prontuário, emissão de documentos médicos e demais atividades inerentes à assistência.

Deverá ser garantida a integração dos profissionais às rotinas do Hospital Municipal, com observância dos fluxos assistenciais, protocolos clínicos, diretrizes do SUS, normas de humanização, segurança do paciente, sigilo profissional e ética médica.

#### REQUISITOS OPERACIONAIS:

A execução dos plantões ocorrerá mediante convocação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme necessidade da assistência, cabendo à credenciada disponibilizar profissional habilitado nos prazos definidos no edital e no contrato, sendo a remuneração devida exclusivamente pelos plantões efetivamente executados, conforme regulamentação municipal. As empresas credenciadas deverão manter canal permanente de comunicação com a fiscalização do contrato, cumprir integralmente as



escalas, apresentar relatórios periódicos de execução, permitir auditorias e observar os fluxos operacionais e mecanismos de acompanhamento definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, responsável por garantir a regularidade, continuidade e efetividade dos serviços.

#### **PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:**

Os serviços deverão observar padrões mínimos de qualidade compatíveis com a assistência hospitalar, incluindo:

- Pontualidade e assiduidade no cumprimento das escalas;
- Atendimento humanizado e resolutivo;
- Cumprimento de protocolos clínicos e normas sanitárias;
- Adequada utilização de prontuários e sistemas de informação;
- Observância das normas de biossegurança e segurança do paciente.

A Administração poderá instituir mecanismos de monitoramento e avaliação de desempenho, aplicando sanções administrativas, inclusive descredenciamento, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

#### **REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:**

A contratação deverá observar os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Constituição Federal, na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal, com adoção de práticas como:

- Priorização de comunicação e tramitação eletrônica de documentos;
- Redução do uso de papel e otimização de processos administrativos;
- Cumprimento da legislação sanitária e de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
- Observância da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD no tratamento de informações sensíveis;
- Incentivo à qualificação profissional contínua e à melhoria da eficiência assistencial.

Os requisitos estabelecidos mostram-se necessários e suficientes para a escolha da solução, garantindo segurança jurídica, qualidade da prestação dos serviços e atendimento ao interesse público.

#### **ADEQUAÇÃO DO CREDENCIAMENTO COMO SOLUÇÃO DE CONTRATAÇÃO:**

A escolha do credenciamento como forma de contratação mostra-se a alternativa mais adequada, eficiente e alinhada ao interesse público para atendimento da presente demanda. Nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o credenciamento poderá ser utilizado nas hipóteses de contratação paralela e não excludente, quando for viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas. A prestação de serviços médicos em regime de plantão enquadra-se perfeitamente nessa hipótese, uma vez que se trata de demanda contínua, variável e imprevisível, que exige a contratação simultânea de múltiplos prestadores aptos a atender às necessidades assistenciais conforme a ocorrência da demanda. Não se trata, portanto, de selecionar um único fornecedor, mas sim de formar uma rede ampliada de prestadores habilitados, disponíveis para execução dos serviços conforme a necessidade do Hospital Municipal.

O credenciamento permite que todos os interessados que atendam às condições estabelecidas possam ser contratados em igualdade de condições, assegurando isonomia, transparência e





ampliação da competitividade. Esse modelo é especialmente vantajoso em cenários de escassez de profissionais e dificuldade de fixação de médicos, pois amplia o universo de prestadores e reduz o risco de desassistência. Além disso, a Lei Municipal nº 718/2026 determinou que a contratação de plantões de saúde no Hospital Municipal deverá ser precedida de credenciamento mediante chamamento público, prevendo a possibilidade de credenciamento contínuo de interessados durante a vigência do edital, a contratação por demanda e a remuneração apenas pelos plantões efetivamente executados, o que reforça a adequação jurídica e administrativa do modelo.

Dessa forma, o credenciamento configura-se como a solução mais salutar e eficiente, pois possibilita a contratação simultânea de múltiplos prestadores, assegura maior flexibilidade operacional, amplia a capacidade de resposta da Administração, reduz riscos de descontinuidade dos serviços e garante a prestação contínua da assistência hospitalar, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a regulamentação municipal e os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público.

## **CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

5.2. A presente contratação refere-se à prestação de **serviços comuns de saúde**, consistentes na execução de plantões médicos no âmbito do Hospital Municipal de Frecheirinha/CE, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pela Administração por meio de especificações usuais de mercado, protocolos clínicos e normas técnicas aplicáveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1. Trata-se de **serviços contínuos**, tendo em vista que a necessidade de cobertura de plantões médicos é permanente, indispensável ao funcionamento ininterrupto da unidade hospitalar e essencial à manutenção da assistência à saúde da população, não se limitando a demanda pontual ou eventual.

5.2.2. A contratação possui natureza de **serviço de saúde de execução indireta**, a ser prestado por pessoas jurídicas credenciadas, sem geração de vínculo empregatício com a Administração Pública, caracterizando-se como prestação de serviços por demanda, conforme regulamentação municipal específica que disciplina a contratação de plantões de saúde por credenciamento.

5.2.3. Enquadra-se, ainda, como **serviço comum de natureza predominantemente intelectual**, pois depende de conhecimento técnico especializado e habilitação profissional específica, porém com requisitos e padrões de execução previamente definidos pela Administração, permitindo a padronização das condições de contratação. Quanto à forma de contratação, classifica-se como **procedimento auxiliar de credenciamento**, hipótese de contratação paralela e não excludente prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, permitindo a contratação simultânea de todos os interessados que atendam às condições estabelecidas, em condições padronizadas, conforme a necessidade da Administração.

5.2.3.1. Dessa forma, a natureza da contratação caracteriza-se como prestação de serviços comuns, contínuos, de saúde, de natureza intelectual, executados de forma indireta e por demanda, mediante credenciamento, em consonância com a legislação vigente e com o interesse público.

5.3. Para a prestação dos serviços pretendidos, os interessados no credenciamento deverão apresentar documentação comprobatória que atenda às exigências de qualificação técnica e operacional, conforme disposto no art. 62 da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

### **5.3.1. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:**

a) Comprovação de registro regular da empresa e dos profissionais médicos no Conselho Regional de Medicina (CRM), com inscrição ativa para o exercício da atividade;



b) Atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem experiência prévia na execução de serviços compatíveis em natureza e complexidade, do item/lote em que for solicitar o credenciamento;

c) Relação nominal da equipe técnica vinculada, com identificação da função, qualificação e regularidade profissional.

d) A licitante deverá comprovar que possui, em seu **quadro permanente**, quantitativo mínimo de **03 (três) médicos** com registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina – CRM, aptos à execução dos plantões hospitalares, mediante apresentação de Declaração Formal de Disponibilidade de Profissionais, comprometendo-se a mantê-los durante toda a vigência contratual.

d.1) Os profissionais disponibilizados deverão possuir graduação em Medicina, experiência compatível com atendimento hospitalar em urgência e emergência e aptidão para atuação conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas vigentes, devendo a empresa assegurar a cobertura integral das escalas e a substituição imediata de profissionais em casos de ausência, impedimento ou intercorrência, garantindo a continuidade da prestação dos serviços.

d.2) A comprovação de vínculo com o quadro permanente poderá ocorrer por meio de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; cópia de contrato de trabalho; ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do referido profissional, nos termos do Acórdão nº 1450/2022 – TCU – Plenário.

#### **5.4. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

5.4.1. Apresentação de Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou, no caso de pessoa física, Certidão Negativa de Execução Patrimonial, emitida no domicílio do proponente, conforme disposto na legislação aplicável.

5.4.2. No caso de cooperativas, estará dispensada a exigência constante do subitem anterior.

5.4.3. Apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis relativas aos dois (02) últimos exercícios sociais.

5.4.4. O julgamento da capacidade econômico-financeira será feito separadamente para cada exercício, de forma independente, com base no Balanço Patrimonial de cada ano.

5.4.5. Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de dois (02) anos, os documentos mencionados no item 5.4.3 serão limitados ao último exercício encerrado, sendo admitido o balanço de abertura, conforme o caso.

5.4.6. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, deverão estar:

- Registrados na Junta Comercial competente (ou em cartório, conforme o tipo societário);
- Assinados por contador legalmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
- Assinados pelo titular ou representante legal da empresa;
- Vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, salvo se atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação da proposta.



5.4.7. Serão aceitos o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis transmitidas via SPED (Escrituração Contábil Digital), desde que acompanhadas do recibo oficial de entrega, observadas as Instruções Normativas da Receita Federal vigentes.

5.4.8. Para sociedades por ações, será exigida a apresentação do Balanço Patrimonial publicado em jornal de grande circulação da localidade onde está situada a sede da companhia, acompanhado de seu respectivo registro na Junta Comercial.

5.4.9. As empresas deverão observar, conforme o seu porte e regime jurídico, as disposições constantes nos arts. 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.).

5.4.10. Para empresas recém-constituídas (com menos de 01 ano de atividade), deverá ser apresentado o Balanço de Abertura, acompanhado dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial, constando o número do Livro Diário e das folhas em que o balanço está transcrito, ou com a devida autenticação pela Junta. O documento deverá estar assinado por contador habilitado no CRC e pelo representante legal da empresa.

5.4.11. No caso de sociedades simples, o Balanço Patrimonial deverá estar inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com a assinatura do contador habilitado e do representante legal da instituição, e deverá atender aos índices financeiros mínimos definidos neste instrumento convocatório.

5.4.12. Quando a empresa apresentar Índice de Liquidez Geral (LG) inferior a 1,0 (um), será exigida a comprovação de Patrimônio Líquido Mínimo ou Capital Mínimo correspondente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio do Balanço Patrimonial, como forma de compensação da capacidade econômico-financeira.

5.4.13. A comprovação da boa situação financeira da licitante deverá ser feita mediante documento assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da empresa, comprovando que a mesma apresenta Índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0 (um), calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{LG} = \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} \geq 1,0$$

**Onde:**

AC: Ativo Circulante;

ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo; PC: Passivo Circulante;

PELP: Passivo Exigível a Longo Prazo.

#### **Justificativa e Fundamentação da Exigência do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis**

A exigência de apresentação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis pelas pessoas jurídicas interessadas no credenciamento justifica-se como mecanismo essencial para a verificação da capacidade econômico-financeira dos prestadores, conforme previsto no art. 69, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Tal exigência tem por finalidade assegurar que as empresas credenciadas possuam estrutura financeira suficiente para arcar com os custos operacionais inerentes à disponibilização de profissionais médicos, à manutenção de equipe mínima, à substituição imediata em casos de ausência e ao cumprimento das obrigações legais e contratuais decorrentes da execução dos plantões.





Considerando que a contratação envolve a prestação contínua de serviços médicos em regime de plantão hospitalar, com funcionamento ininterrupto do Hospital Municipal, a solidez econômico-financeira dos prestadores constitui fator crítico para garantir a continuidade, regularidade e segurança assistencial, evitando riscos de descontinuidade dos plantões, descumprimento contratual, rotatividade excessiva de profissionais ou prejuízos ao atendimento da população usuária do SUS.

A exigência encontra respaldo, ainda, no Decreto Municipal nº 002/2024, que autoriza a Administração a solicitar documentação contábil para aferição da capacidade econômico-financeira quando devidamente justificada, especialmente em contratações de natureza continuada, estratégica ou que envolvam risco à regularidade de serviço público essencial, como é o caso da assistência hospitalar.

A apresentação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis — especialmente a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) — devidamente assinadas por profissional habilitado e elaboradas nos termos da legislação vigente, permitirá à Administração avaliar indicadores objetivos como liquidez, capital de giro, grau de endividamento e patrimônio líquido, elementos indispensáveis à análise de risco contratual e à seleção de prestadores com capacidade financeira compatível com a execução do objeto.

Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios do planejamento, da eficiência, da segurança jurídica e da continuidade do serviço público, assegurando que o Município de Frecheirinha/CE credencie pessoas jurídicas que, além de regularmente habilitadas, demonstrem saúde financeira compatível com a execução de serviços médicos contínuos, essenciais e de elevado impacto social.

**5.5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.** A prestação dos serviços deverá ser iniciada em até 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Administração, devendo os plantões ser executados nos locais previamente definidos e informados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme a necessidade do serviço e o planejamento assistencial;

**5.6. EXECUÇÃO.** Prazo para recebimento dos serviços, bem como critérios de pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

#### **DA NATUREZA CONTINUADA OU NÃO (SERVIÇOS)**

**5.7.** Os presentes requisitos de contratação foram estabelecidos com base nas especificidades dos serviços a serem prestados no âmbito deste credenciamento, os quais possuem natureza essencial e caráter continuado, ainda que não envolvam vínculo de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. A prestação deverá ocorrer de forma sistemática, planejada e por demanda, garantindo a cobertura assistencial e a continuidade dos atendimentos hospitalares e de urgência e emergência à população.

**5.8.** A natureza continuada dos serviços decorre de sua finalidade pública permanente, uma vez que se destinam a assegurar o funcionamento regular e ininterrupto do Hospital Municipal, especialmente no que se refere à execução de plantões médicos. Tais serviços são indispensáveis para a manutenção da assistência hospitalar 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, podendo sua execução abranger mais de um exercício financeiro, observadas a disponibilidade orçamentária, a legislação vigente e as regras de planejamento e execução contratual. A manutenção regular desses serviços visa assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações da Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo diretamente para a segurança assistencial, a redução de riscos de descontinuidade do atendimento e a ampliação do acesso da população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS aos serviços públicos de saúde.

**5.9. Critérios e práticas de sustentabilidade e governança:**



A presente contratação observará os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência, da integridade, da transparência e da gestão por resultados, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, incorporando critérios ambientais, sociais e de governança desde a fase de planejamento até a execução contratual. As contratações públicas constituem instrumento relevante para promoção do desenvolvimento sustentável, devendo conciliar eficiência, economicidade e responsabilidade socioambiental em todo o ciclo da contratação

<b>No eixo ambiental</b>	Deverão ser adotadas práticas voltadas à racionalização do uso de recursos públicos e à redução de impactos ambientais indiretos decorrentes da execução dos serviços, incluindo a priorização de meios digitais para comunicação, convocação, envio de documentos, controle de escalas, faturamento e prestação de contas, reduzindo o consumo de papel e insumos administrativos. As empresas credenciadas deverão observar integralmente a legislação sanitária e ambiental aplicável, especialmente quanto ao gerenciamento adequado de resíduos de serviços de saúde, cumprimento das normas de biossegurança, uso racional de insumos e adoção de práticas que contribuam para a eficiência energética e a redução de desperdícios, quando aplicável. A inserção de critérios de sustentabilidade deve observar a legislação vigente e as normas técnicas aplicáveis ao objeto, garantindo segurança jurídica ao gestor público
<b>Sob a perspectiva social</b>	a contratação deverá promover a valorização do trabalho digno, a qualificação profissional contínua, o respeito às normas de saúde e segurança do trabalho e a observância dos direitos fundamentais, contribuindo para a melhoria da qualidade da assistência prestada à população. As contratações públicas também devem fomentar a inclusão, a equidade e a responsabilidade social, reconhecendo que a sustentabilidade abrange dimensões sociais, econômicas e culturais, além da ambiental
<b>No campo da governança</b>	<p>a execução contratual deverá observar práticas de integridade, planejamento, transparência, controle e gestão de riscos, assegurando a rastreabilidade das demandas, o monitoramento da execução dos plantões e a avaliação periódica do desempenho dos credenciados. As empresas deverão cooperar com as atividades de fiscalização, auditoria e controle interno e externo, garantindo a disponibilização tempestiva de informações e relatórios sempre que solicitados.</p> <p>Deverá ser assegurada a observância da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, com a adoção de medidas técnicas e administrativas destinadas à proteção das informações sensíveis dos usuários do sistema de saúde, garantindo sigilo, integridade, rastreabilidade e segurança das informações assistenciais.</p> <p>A contratação deverá estar alinhada às boas práticas de governança das contratações públicas, incluindo planejamento prévio, monitoramento da execução, avaliação de resultados e melhoria contínua, de modo a promover a qualidade do gasto público, a eficiência administrativa e a entrega de serviços de saúde com maior efetividade e segurança para a população. As compras públicas sustentáveis constituem importante instrumento de influência positiva</p>



sobre o mercado e de promoção de padrões responsáveis de prestação de serviços.

5.9.1. A presente contratação observará critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, social, econômica e de governança, em conformidade com os princípios previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como nas diretrizes do Decreto Municipal nº 002/2024, que regulamenta a aplicação da referida legislação no âmbito do Município de Frecheirinha/CE.

5.9.1. Em conformidade com o art. 6º, inciso IV, do Anexo II do Decreto Municipal nº 002/2024, a presente contratação contempla critérios de sustentabilidade e de governança relacionados ao objeto, assegurando que a prestação dos serviços ocorra com responsabilidade ambiental, compromisso social e observância de boas práticas de gestão pública.

5.9.2. Do ponto de vista da **sustentabilidade ambiental**, os prestadores credenciados deverão adotar práticas que assegurem o correto gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, desde a geração até a disposição final, em conformidade com as normas da ANVISA, da Resolução CONAMA nº 358/2005 e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Isso inclui o descarte adequado de resíduos biológicos, químicos e perfurocortantes, bem como a utilização racional de água, energia elétrica e insumos, além da incorporação de tecnologias limpas e seguras que reduzam impactos ambientais negativos.

5.9.3. Sob a ótica da **sustentabilidade social**, será priorizada a contratação de empresas que desenvolvam ações voltadas à promoção da inclusão, valorização da mão de obra local, formação técnica continuada, respeito aos direitos trabalhistas, e atuação ética e comprometida com o desenvolvimento econômico e social do Município de Frecheirinha. Essa diretriz está alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12.7, que orienta a adoção de padrões sustentáveis nas compras públicas.

5.9.4. No campo da **governança pública**, a escolha da modalidade de credenciamento contribui para garantir maior eficiência, publicidade e impessoalidade, assegurando a livre participação de todos os interessados que atendam aos requisitos mínimos exigidos. O procedimento fortalece os pilares da governança pública contemporânea — integridade, prestação de contas, controle social e transparência — conforme recomendado no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis* (MPO/2024) e no *Guia de Compras Públicas Sustentáveis – Versão 1.0* (São Paulo/2025).

5.9.5. Os critérios de sustentabilidade e governança serão considerados tanto na fase de credenciamento quanto na fase de execução contratual, por meio do acompanhamento de indicadores de desempenho, da fiscalização da conformidade sanitária e ambiental, da rastreabilidade dos atendimentos realizados e da adoção de práticas de gestão baseadas na ética e na responsabilidade institucional. A gestão dos contratos será orientada pela eficiência na utilização dos recursos públicos e pela efetividade na prestação dos serviços de saúde à população.

5.9.6. Observância de práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, integradas à elaboração de documentos e processos administrativos;

5.9.7. Redução de desperdícios e incentivo à adoção de soluções digitais, visando a eficiência energética e o menor impacto ambiental.

5.9.8. Integração de aspectos de acessibilidade e inclusão social nos processos e documentos elaborados.

5.9.9. Incentivo a fornecedores locais e microempresas, promovendo o desenvolvimento econômico da região.





5.10. O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado com base nas informações constantes nos Documentos de Formalização de Demanda (DFD) encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, tendo como objeto proposto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE SAÚDE NO HOSPITAL MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA/CE, COM A FINALIDADE DE GARANTIR A CONTINUIDADE, REGULARIDADE E EFETIVIDADE DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E A LEI MUNICIPAL Nº 718/2026, QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE CONTRATAÇÃO DE PLANTÕES POR CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO**. A contratação visa assegurar o adequado funcionamento dos serviços hospitalares e o cumprimento das obrigações legais e institucionais da Secretaria demandante.

5.11. Diante do exposto, conclui-se que a estratégia mais adequada para atendimento da demanda consiste na realização do **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA EXECUÇÃO DE PLANTÕES HOSPITALARES**, caracterizando-se como contratação de natureza continuada, indispensável à manutenção do funcionamento ininterrupto do Hospital Municipal. Tal solução mostra-se necessária para evitar riscos de descontinuidade da assistência, assegurar a cobertura permanente dos plantões médicos e garantir a regularidade das atividades assistenciais e administrativas da Secretaria Municipal de Saúde.

5.12. A vigência inicial do contrato será de **01 (um) ano**, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, desde que seja comprovado a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido prestados com eficiência e qualidade.

5.13. O prazo de vigência do credenciamento será de **12 (doze) meses**, contados da publicação do respectivo edital, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da legislação municipal aplicável, enquanto permanecer caracterizada a necessidade pública e demonstrada a vantajosidade para a Administração, observadas a disponibilidade orçamentária e as regras de planejamento e execução contratual.

5.14. Necessidade de garantia de execução: **NÃO**.

5.15. As autorizações de serviços, acompanhadas das respectivas notas de empenho, serão enviadas na forma prevista no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (§ 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e art.6º, Inc. III do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).**

6.1. A análise de mercado foi realizada com base em contratações públicas recorrentes no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como em práticas adotadas por instituições públicas e privadas no contexto nacional, especialmente em municípios de pequeno e médio porte. Observa-se que a necessidade de cobertura de plantões médicos constitui demanda comum e permanente, sendo tradicionalmente atendida por diferentes modelos de contratação, conforme a maturidade institucional, a disponibilidade de profissionais e as características do mercado regional. De forma geral, foram identificadas as seguintes principais soluções disponíveis no mercado:

### **SOLUÇÕES POSSÍVEIS OFERECIDAS PELO MERCADO:**



**1. Contratação de profissionais por vínculo direto (servidores efetivos ou temporários)** -Essa solução consiste na realização de concurso público, processo seletivo simplificado ou contratação temporária de profissionais médicos.

**Vantagens:**

- estabilidade da equipe assistencial;
- maior controle direto da Administração sobre a execução dos serviços.

**Limitações:**

- dificuldade de provimento e fixação de médicos em municípios de pequeno porte;
- baixa atratividade de vínculos permanentes para plantões;
- rigidez administrativa e orçamentária;
- impossibilidade de resposta rápida à demanda variável de plantões.

Na prática, essa solução não tem se mostrado suficiente para cobertura integral das escalas hospitalares, sendo normalmente complementar e não exclusiva.

**2 Contratação de empresa única por licitação competitiva** - Consiste na contratação de uma única empresa prestadora de serviços médicos mediante licitação (pregão ou concorrência).

**Vantagens:**

- centralização da gestão contratual;
- simplificação da fiscalização.

**Limitações:**

- elevado risco de descontinuidade em caso de inadimplemento;
- dependência de único fornecedor;
- baixa competitividade em mercados com escassez de profissionais;
- menor flexibilidade para ajuste da oferta de plantões.

Experiências práticas demonstram que esse modelo apresenta risco elevado de interrupção dos serviços, especialmente em regiões com mercado restrito de médicos plantonistas.

**3. Credenciamento de prestadores de serviços médicos (modelo multiprestador)** - O credenciamento consiste na formação de uma rede aberta de prestadores habilitados, contratados em condições padronizadas e convocados conforme a necessidade do serviço.

Esse modelo tem sido amplamente adotado por entes públicos em todo o país,

**Vantagens técnicas:**

- possibilidade de contratação simultânea de múltiplos prestadores;
- maior flexibilidade operacional;
- redução do risco de descontinuidade dos serviços;
- adequação à demanda variável de plantões;
- ampliação do universo de profissionais disponíveis;



<p>especialmente na área da saúde, por permitir contratações simultâneas e não excludentes, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• maior resiliência da prestação do serviço público.</li></ul> <p><b>Vantagens econômicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• pagamento apenas pelos plantões efetivamente realizados;</li><li>• redução de custos com vínculos permanentes;</li><li>• diminuição de riscos de paralisação e custos emergenciais;</li><li>• maior eficiência na gestão das escalas médicas.</li></ul> <p>Esse modelo é amplamente reconhecido como boa prática de gestão em saúde pública, especialmente em municípios de menor porte.</p>
<p><b>4. Metodologias e inovações aplicáveis ao objeto</b></p>	<p>Foram identificadas boas práticas e inovações que vêm sendo incorporadas nas contratações de plantões médicos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• gestão eletrônica de escalas e convocação digital;</li><li>• integração com sistemas de regulação e prontuário eletrônico;</li><li>• monitoramento de desempenho e indicadores assistenciais;</li><li>• remuneração por demanda efetivamente executada;</li><li>• contratação multiprestador para mitigação de riscos operacionais.</li></ul> <p>Tais práticas são plenamente compatíveis com o modelo de credenciamento e reforçam sua eficiência operacional.</p>

6.2. A seguir, apresenta-se a análise das soluções identificadas para atender à necessidade de contratação, conforme as informações contidas nos documentos apresentados até aqui:

Alternativa	Pontos Positivos	Pontos Negativos
<p><b>Contratação de profissionais por vínculo direto</b> (concurso público ou contratação temporária)</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Maior controle direto da Administração sobre a execução dos serviços;</li><li>• Possibilidade de formação de equipe estável e permanente;</li><li>• Fortalecimento da estrutura própria do SUS municipal.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Baixa atratividade de vínculos permanentes para médicos plantonistas, especialmente em municípios de pequeno porte;</li><li>• Elevada rotatividade e dificuldade de fixação de profissionais;</li></ul>





		<ul style="list-style-type: none"><li>• Rigidez administrativa e orçamentária;</li><li>• Impossibilidade de rápida recomposição de escalas em situações emergenciais;</li><li>• Necessidade de pagamento contínuo independentemente da demanda efetiva</li></ul>
<b>Contratação de empresa única por licitação competitiva</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Centralização da gestão contratual;</li><li>• Simplificação do processo de fiscalização;</li><li>• Padronização da prestação dos serviços.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dependência de um único fornecedor (risco elevado de descontinuidade);</li><li>• Baixa flexibilidade para ajuste da demanda;</li><li>• Risco de paralisação do serviço em caso de inadimplemento contratual;</li><li>• Redução da competitividade em mercados com escassez de profissionais;</li><li>• Menor capacidade de resposta a demandas variáveis</li></ul>
<b>Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas (Solução escolhida)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Possibilidade de contratação simultânea de múltiplos prestadores;</li><li>• Maior flexibilidade para atendimento de demandas variáveis;</li><li>• Redução significativa do risco de descontinuidade dos serviços;</li><li>• Ampliação do universo de profissionais disponíveis;</li><li>• Maior capacidade de recomposição rápida das escalas médicas;</li><li>• Adequação ao caráter permanente e imprevisível da demanda hospitalar.</li><li>• Pagamento somente pelos plantões efetivamente realizados;</li><li>• Otimização da aplicação dos recursos públicos;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Necessidade de maior controle e fiscalização contratual;</li><li>• Gestão de múltiplos prestadores simultaneamente;</li><li>• Exigência de planejamento e organização das escalas pela Administração</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Redução de custos com vínculos permanentes;</li><li>• Diminuição de riscos de contratações emergenciais</li></ul>	
<b>CONCLUSÃO DA ANÁLISE COMPARATIVA</b>	A análise evidencia que o <b>credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos para realização de plantões hospitalares</b> apresenta o melhor equilíbrio entre eficiência operacional, segurança jurídica, economicidade e continuidade do serviço público. O modelo permite a contratação paralela e não excludente de prestadores, amplia a capacidade de resposta da Administração, reduz riscos de desassistência e garante maior eficiência na gestão das escalas médicas, razão pela qual é adotado como solução mais vantajosa para atendimento da necessidade pública identificada.	

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

7.1. A solução proposta consiste na implementação de sistema de credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos para realização de plantões hospitalares, com a finalidade de garantir a cobertura contínua e ininterrupta das escalas médicas do Hospital Municipal de Frecheirinha/CE, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 718/2026. Trata-se de modelo multiprestador, de natureza continuada e execução por demanda, estruturado para assegurar flexibilidade operacional, ampliação da capacidade assistencial e mitigação de riscos de descontinuidade do serviço público essencial de saúde.

7.2. A solução compreende a realização de **CHAMAMENTO PÚBLICO para CREDENCIAMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS JURÍDICAS APTAS A PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO, PERMITINDO O INGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS DURANTE A VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO, DESDE QUE ATENDIDAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL**. A partir desse procedimento será formada uma rede de prestadores habilitados, aptos a disponibilizar profissionais médicos conforme a demanda da Administração, possibilitando contratações simultâneas em condições padronizadas. A execução dos plantões ocorrerá mediante convocação formal da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a necessidade assistencial, planejamento das escalas e disponibilidade orçamentária, cabendo à Administração o acompanhamento, fiscalização e avaliação do desempenho dos prestadores.

7.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina, com observância dos protocolos clínicos, normas sanitárias, diretrizes do SUS e rotinas do Hospital Municipal. A prestação abrangerá a cobertura integral das escalas médicas, incluindo períodos diurnos, noturnos, finais de semana e feriados, contemplando atividades de urgência e emergência, avaliação clínica, estabilização e encaminhamento de pacientes, registros em prontuários e emissão de documentos médicos, sempre com foco na resolutividade, humanização do atendimento e segurança do paciente.

7.4. Do ponto de vista operacional, a execução dos plantões dependerá de convocação prévia da Administração, cumprimento rigoroso das escalas, comunicação permanente com a fiscalização e apresentação de registros e relatórios que comprovem a efetiva prestação dos



serviços, sendo o pagamento devido exclusivamente pelos plantões realizados. Embora não envolva manutenção de bens ou equipamentos, a solução exige suporte operacional contínuo por parte das empresas credenciadas, incluindo a garantia de disponibilidade de profissionais habilitados, substituição imediata em caso de impedimento e correção de eventuais falhas na execução dos serviços.

7.5. Com a adoção dessa solução, espera-se assegurar a cobertura permanente dos plantões hospitalares, reduzir riscos de descontinuidade dos serviços, ampliar a eficiência da gestão da assistência hospitalar e garantir maior acesso da população aos serviços de saúde, promovendo a adequada aplicação dos recursos públicos e o atendimento efetivo do interesse público.

**8. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (art.6º, Inc. IX do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).**

8.1. A estimativa das quantidades de plantões médicos a serem contratadas foi definida a partir do levantamento da necessidade assistencial do Hospital Municipal, considerando a obrigatoriedade de funcionamento ininterrupto da unidade e a competência da Secretaria Municipal de Saúde para definir as especialidades médicas e a demanda dos serviços, conforme o planejamento da assistência. Considerou-se ainda:

O perfil epidemiológico da população local;
A capacidade instalada da rede pública municipal;
A estimativa populacional do IBGE para o Município de Frecheirinha;
As metas de ampliação do acesso a atendimentos especializados no SUS.

**8.2. Estimativa de atendimentos por especialidade e por tipo de serviço:**

8.2.1. Para o dimensionamento dos quantitativos, foram analisadas as escalas médicas necessárias para cobertura integral dos turnos diurnos e noturnos, finais de semana e feriados, bem como dados históricos de funcionamento da unidade, lacunas de cobertura identificadas e a necessidade de garantir a continuidade e regularidade dos plantões hospitalares.

Também foi considerada a natureza variável e imprevisível da demanda por atendimentos de urgência e emergência, prevendo-se margem de segurança para recomposição de escalas, substituições e eventuais ampliações da cobertura durante a vigência do credenciamento, observados os limites orçamentários e o planejamento da Secretaria Municipal de Saúde. Os quantitativos estimados encontram-se consolidados em memória de cálculo específica, a qual integra o presente Estudo Técnico Preliminar, constando como documento anexo ao ETP.

8.2.6. Dessa forma, o presente memorial de cálculo assegura a racionalidade da contratação, compatibilizando a oferta dos serviços com as reais necessidades da população local e promovendo a continuidade, a qualidade e a eficiência da assistência especializada em saúde. Segue, em anexo, o quantitativo consolidado:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	QUANT.	VL. UNIT	VL. TOTAL
------	---------------	------	--------	--------	----------	-----------





			MÉD. MENSAL	ANUAL		
01	Plantão com duração de 12 (doze) horas, em regime diurno e noturno	UND.	90	1.080	R\$ 1.720,95	R\$ 1.858.626,00
02	Plantão com duração de 12 (doze) horas, a ser realizado em feriados nobres	UND.	----	18	R\$ 3.441,90	R\$ 61.954,20

**8.3. DA ESTIMATIVA DO VALOR (art.6º, Inc. X do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).**

8.3.1. A estimativa do valor da contratação foi definida com base nos quantitativos anuais de plantões médicos previstos e nos valores estabelecidos na legislação municipal que regulamenta a contratação de plantões por credenciamento, a qual determina que a tabela de preços dos serviços constará como anexo do edital, observados o interesse público e a disponibilidade orçamentária. O procedimento de estimativa observou, ainda, o disposto no art. 6º, inciso X, do Anexo II do Decreto Municipal nº 002/2024, de 02 de janeiro de 2024, que disciplina a metodologia de pesquisa e formação de preços no âmbito do planejamento das contratações públicas municipais. Ao final, a memória de cálculo da estimativa de preços integra o presente Estudo Técnico Preliminar, constando como documento anexo ao ETP.

**9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art.6º, Inc. XI do anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).**

9.1. A contratação objeto deste **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** visa à complementação da rede assistencial de saúde do Município de Frecheirinha/CE, mediante **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE SAÚDE NO HOSPITAL MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA/CE, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE, REGULARIDADE E EFETIVIDADE DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO, CONFORME DIRETRIZES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DA LEI MUNICIPAL Nº 718/2026, QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE CONTRATAÇÃO DE PLANTÕES POR CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO.**

9.2. O não parcelamento da contratação mostra-se tecnicamente adequado diante da natureza integrada e contínua dos serviços de plantões médicos hospitalares, cuja execução exige padronização de procedimentos, alinhamento de fluxos assistenciais e gestão unificada das escalas médicas. A fragmentação do objeto poderia comprometer a organização do serviço, dificultando a coordenação da cobertura assistencial e aumentando a complexidade operacional da gestão das escalas.

9.3. Sob a perspectiva administrativa, a centralização da gestão contratual contribui para maior eficiência na fiscalização, no controle da execução dos plantões e no acompanhamento do desempenho dos prestadores, reduzindo a necessidade de múltiplos processos de gestão simultânea e otimizando o emprego de recursos humanos e administrativos da Secretaria Municipal de Saúde.

9.4. Do ponto de vista econômico, a contratação sem parcelamento reduz custos operacionais indiretos relacionados à gestão de múltiplos contratos, comunicação com diversos prestadores, controle de faturamento e acompanhamento da execução contratual, além de diminuir o risco



de inconsistências operacionais e de atrasos decorrentes da diversificação excessiva de fornecedores.

9.5. Assim, o não parcelamento da contratação mostra-se medida adequada para garantir maior eficiência técnica, segurança operacional e economicidade, assegurando a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços médicos em regime de plantão no Hospital Municipal.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, X e art.6º, Inc. XII do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)**

10.1. A contratação pretendida possui relação direta com outras contratações e instrumentos já existentes no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente aqueles voltados ao funcionamento regular do Hospital Municipal e à manutenção da rede de atenção à saúde. Nesse contexto, destacam-se as contratações de fornecimento de medicamentos, materiais médico-hospitalares, insumos, serviços laboratoriais, serviços de diagnóstico por imagem, manutenção de equipamentos médicos e serviços de apoio hospitalar, os quais são indispensáveis para que os profissionais médicos possam executar adequadamente os plantões.

10.2. Também são consideradas contratações interdependentes os serviços de apoio administrativo e assistencial, tais como limpeza hospitalar, vigilância patrimonial, alimentação, esterilização de materiais, manutenção predial e serviços de tecnologia da informação, especialmente aqueles relacionados ao prontuário eletrônico e aos sistemas de regulação e registro de atendimentos. A inexistência ou descontinuidade desses serviços impactaria diretamente a execução dos plantões médicos e a qualidade da assistência prestada.

10.3. Destaca-se, ainda, a interdependência com as contratações de transporte sanitário e remoção de pacientes, bem como com os serviços da Atenção Primária à Saúde, que realizam o encaminhamento de usuários para atendimento hospitalar, compondo a rede de atenção à saúde e garantindo a integralidade do cuidado.

10.4 Assim, verifica-se que a contratação dos plantões médicos integra um conjunto de contratações estruturantes da assistência hospitalar, devendo estar alinhada ao planejamento global da Secretaria Municipal de Saúde, de modo a assegurar a continuidade, regularidade e efetividade dos serviços prestados à população.

## **11. DO ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL (Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, II e art.6º, Inc. XIII do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).**

11.1. A presente contratação não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído para o exercício de 2026. Tal circunstância, contudo, não constitui óbice ao regular prosseguimento da contratação, especialmente por se tratar de demanda necessária ao atendimento do interesse público e compatível com os objetivos estratégicos da Administração. Ressalte-se que a contratação possui previsão na Lei Orçamentária Anual vigente, com recursos devidamente consignados na respectiva dotação orçamentária, conforme demonstrado na própria LOA e comprovado nos autos do procedimento licitatório, conforme dotação orçamentária, informado abaixo:

1101.10.122.0007.2.066 - **Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde:**



1102.10.302.0181.2.080 - **Gestão e Expansão da Atenção Ambulatorial e Hospitalar – MAC.**

**Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.**

**12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (§ 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e art.6º, Inc. XIV do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)**

12.1. A contratação por meio de credenciamento de pessoas jurídicas para execução de plantões médicos pretende assegurar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, garantindo a cobertura assistencial contínua com pagamento vinculado exclusivamente aos plantões efetivamente realizados. Esse modelo contribui para a redução de custos fixos e evita despesas permanentes com vínculos que não acompanham a variação da demanda, promovendo maior economicidade e racionalização do gasto público.

12.2. Sob a perspectiva do aproveitamento dos recursos humanos, a solução permitirá a ampliação do universo de profissionais disponíveis, reduzindo a sobrecarga da equipe própria, mitigando riscos de afastamentos por exaustão e possibilitando a recomposição rápida das escalas médicas. Espera-se, assim, maior estabilidade operacional, melhoria das condições de trabalho e aumento da capacidade de resposta da rede hospitalar.

12.3. Em relação aos recursos materiais, a cobertura adequada dos plantões contribuirá para o melhor uso da infraestrutura existente, garantindo funcionamento contínuo do Hospital Municipal e maior eficiência na utilização de equipamentos, insumos e serviços já contratados, evitando ociosidade de estrutura pública e desperdício de recursos.

12.4. Do ponto de vista financeiro, a contratação por demanda permite previsibilidade orçamentária, maior controle dos gastos e redução de contratações emergenciais, assegurando continuidade do serviço com menor risco de desassistência. Como resultado, espera-se melhoria da qualidade da assistência, maior resolutividade do atendimento e ampliação do acesso da população aos serviços de saúde.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art.6º, Inc. XV do anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024 e art.18, § 1º, inciso X da Lei nº 14.133/2021)**

13.1. Previamente à celebração dos contratos decorrentes do credenciamento, a Administração deverá promover a finalização da fase preparatória da contratação, com a aprovação do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, minuta do edital de chamamento público e minuta contratual, bem como a verificação da disponibilidade orçamentária e da compatibilidade com os instrumentos de planejamento. Também deverá ser designado formalmente o gestor e o fiscal do contrato, com definição clara de atribuições e responsabilidades.

13.2. Recomenda-se a capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, especialmente quanto às rotinas de convocação dos credenciados, controle de escalas, conferência da execução dos plantões, análise documental para pagamento, aplicação de sanções e registro das ocorrências contratuais, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a regulamentação municipal vigente.

13.3. Deverão ser estruturados fluxos operacionais internos para convocação dos prestadores, registro da execução dos plantões, comunicação com os credenciados e controle da documentação comprobatória, garantindo padronização, rastreabilidade e transparência na



execução contratual. Recomenda-se, ainda, a definição de indicadores de desempenho e mecanismos de avaliação periódica da qualidade dos serviços prestados.

13.4. Por fim, a Administração deverá assegurar a adequada divulgação do edital de credenciamento, a organização dos processos de habilitação e a implementação de rotinas de controle e auditoria, de modo a garantir segurança jurídica, eficiência administrativa e plena execução dos serviços contratados.

**14. SUSTENTABILIDADE - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (art.18º, 1º, do inciso XII da Lei nº 14.133/2021)**

14.1. Os impactos ambientais da contratação, embora indiretos, devem ser analisados sob a ótica das contratações públicas sustentáveis, considerando que a Lei nº 14.133/2021 estabelece o desenvolvimento nacional sustentável como princípio e objetivo das contratações públicas, devendo ser observado em todo o ciclo da contratação, desde o planejamento até a execução e destinação adequada de resíduos. Possíveis impactos ambientais associados à execução dos serviços:

- |                                                                                          |
|------------------------------------------------------------------------------------------|
| - Consumo de energia elétrica e recursos hospitalares durante a realização dos plantões. |
| - Geração indireta de resíduos de serviços de saúde (RSS) decorrentes dos atendimentos.  |
| - Uso de materiais descartáveis e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).            |
| - Deslocamento de profissionais até a unidade hospitalar.                                |
| - Uso de documentos físicos e processos administrativos impressos.                       |

14.2. Para mitigar esses impactos, a Administração poderá estabelecer exigências e adotar práticas sustentáveis compatíveis com a execução do objeto contratado, tais como:

- |                                                                                                                                                                                |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| - Priorizar a digitalização de processos (convocações, registros de plantão, faturamento e relatórios), reduzindo consumo de papel, tinta e transporte.                        |
| - Exigir cumprimento integral das normas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), incluindo segregação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada. |
| - Incentivar o uso racional de energia, água e insumos durante os plantões.                                                                                                    |
| - Estimular o uso de materiais reutilizáveis sempre que possível, sem prejuízo das normas sanitárias.                                                                          |
| - Incentivar deslocamentos planejados e compartilhados quando viável.                                                                                                          |

14.3. Critérios de governança ambiental e social (ESG):

- |                                                                                                                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| - Observância das normas sanitárias e ambientais aplicáveis ao ambiente hospitalar.                                  |
| - Compromisso com a saúde ocupacional e segurança do trabalho.                                                       |
| - Incentivo à diversidade, inclusão e trabalho decente, alinhado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). |
| - Adoção de práticas de integridade e transparência na execução contratual.                                          |

Assim, embora a contratação seja predominantemente de serviços, a incorporação de critérios ambientais e de governança contribui para a redução de impactos indiretos, promovendo sustentabilidade, eficiência e responsabilidade socioambiental na execução dos plantões médicos.

## **15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

15.1. A análise desenvolvida ao longo deste Estudo Técnico Preliminar demonstra que a contratação pretendida é plenamente adequada e necessária para o atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente no que se refere à garantia da continuidade da assistência hospitalar em regime de plantão. A natureza essencial e permanente dos serviços de urgência e emergência exige solução que assegure cobertura contínua, flexibilidade operacional e rápida capacidade de resposta às variações da demanda assistencial.

A avaliação das alternativas disponíveis evidenciou que o modelo de credenciamento de pessoas jurídicas especializadas apresenta superioridade técnica e operacional quando comparado às demais opções analisadas, sobretudo por permitir a contratação simultânea de múltiplos prestadores em condições padronizadas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Essa característica reduz riscos de descontinuidade dos serviços e amplia a capacidade de recomposição das escalas médicas, fator crítico para a manutenção do funcionamento ininterrupto do Hospital Municipal.

Sob o ponto de vista da eficiência administrativa e econômica, a solução escolhida possibilita o pagamento apenas pelos plantões efetivamente realizados, promovendo maior racionalização do gasto público e previsibilidade orçamentária, além de reduzir a necessidade de contratações emergenciais. A formação de rede de prestadores credenciados contribui para ampliar a competitividade, aumentar a disponibilidade de profissionais e melhorar a gestão dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

A contratação também se mostra eficaz na promoção da qualidade da assistência, ao estabelecer requisitos técnicos, operacionais e de desempenho, mecanismos de fiscalização e critérios de sustentabilidade e governança, assegurando a prestação dos serviços em conformidade com as normas sanitárias, os protocolos clínicos e os princípios da administração pública.

Diante do exposto, conclui-se que o credenciamento de pessoas jurídicas para realização de plantões médicos no Hospital Municipal de Frecheirinha/CE é solução adequada, viável e vantajosa, atendendo aos princípios da eficiência, eficácia e interesse público, ao garantir a continuidade, regularidade e efetividade dos serviços de saúde prestados à população.

APÊNDICE I AO ETP – MAPA DE RISCO.



APÊNDICE II AO ETP – LEI MUNICIPAL Nº 718/2026, QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE CONTRATAÇÃO DE PLANTÕES POR CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO.

APÊNDICE III AO ETP – DECRETO 0007/2026, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

A Equipe de Planejamento nomeada pela Portaria nº 183/2025 é responsável pela elaboração do presente documento que compila os Estudo Técnico Preliminar (ETP).





## MAPA DE RISCOS

### Dados do Processo:

<b>Objeto:</b>	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE SAÚDE NO HOSPITAL MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA/CE, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE, REGULARIDADE E EFETIVIDADE DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO, CONFORME DIRETRIZES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DA LEI MUNICIPAL Nº 718/2026, QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE CONTRATAÇÃO DE PLANTÕES POR CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO
----------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A análise de riscos foi elaborada conforme art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, considerando os eventos que podem comprometer o sucesso do credenciamento e a adequada execução dos serviços de plantões médicos.

### Matriz de riscos

Nº	Risco identificado	Causa provável	Prob.	Impacto	Medidas preventivas	Plano de contingência
1	Baixa adesão de interessados	Escassez de médicos	3	5	Divulgação ampla	Busca ativa de prestadores
2	Descontinuidade de plantões	Faltas ou desistências	4	5	Substituição imediata	Convocação emergencial
3	Descumprimento de escalas	Falhas operacionais	3	4	Monitoramento e penalidades	Substituição e sanções
4	Qualidade insatisfatória	Profissionais inadequados	2	4	Exigir qualificação	Descredenciamento
5	Falhas na fiscalização	Equipe não capacitada	2	4	Capacitação	Auditorias
6	Atrasos no pagamento	Falhas administrativas	3	3	Planejamento orçamentário	Regularização prioritária
7	Judicialização	Questionamentos	2	3	Edital claro	Defesa jurídica
8	Vazamento de dados	Falhas de segurança	2	5	LGPD	Mitigação e comunicação
9	Falhas de comunicação	Processos não padronizados	3	3	Fluxos formais	Reconvocação

10	Dependência de poucos	Poucos prestadores	3	4	Credenciamento contínuo	Novo chamamento
----	-----------------------	--------------------	---	---	-------------------------	-----------------

## ANÁLISE GERAL DOS RISCOS

Os riscos mais críticos concentram-se na **continuidade da cobertura dos plantões**, considerada atividade essencial e ininterrupta. O modelo de credenciamento reduz significativamente esses riscos ao permitir a contratação simultânea de múltiplos prestadores.

## ESTRATÉGIA GERAL DE MITIGAÇÃO

As principais estratégias de mitigação incluem:

- credenciamento contínuo e multiprestador;
- definição de regras claras de substituição e penalidades;
- capacitação da equipe de fiscalização;
- padronização dos fluxos operacionais;
- monitoramento permanente da execução contratual.

## CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE RISCOS

Os riscos identificados são gerenciáveis e mitigáveis, não representando impedimento à contratação, desde que adotadas as medidas preventivas previstas neste ETP. A adoção do credenciamento, inclusive, reduz significativamente os riscos de descontinuidade da assistência hospitalar.

### ✓ Observações Finais

#### Escala de probabilidade (1 a 5):

1 - **raro**: acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.

2 - **pouco provável**: o histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo

3 - **provável**: repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.

4 - **muito provável**: repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios que ocorrerá nesse horizonte.

5 - **praticamente certo**: ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.

#### Escalas de impacto (1 a 5):

1 - **muito baixo**: compromete minimamente o atingimento do objetivo; para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.



2 - **baixo**: compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.

3 - **médio**: compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.

4 - **alto**: compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.

5 - **muito alto**: compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.

Impacto	Muito Alto	15 Risco (b)	19	22	24	25
	Alto	10	14 Risco (a)	18	21	23
	Médio	6	9	13	17	20
	Baixo	3	5	8	12	16
	Muito baixo	1	2	4	7	11
		Raro	Pouco provável	Provável	Muito provável	Praticamente certo
Probabilidade						